

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de Direito Público Processo: MANDADO DE SEGURANÇA (CÍVEL) n. 8001251-09.2017.8.05.0000 Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público IMPETRANTE: JOSE DA SILVA RIVAS ALONSO Advogado (s): ONILDE CAVALCANTE DE ANDRADE CARVALHO IMPETRADO: ESTADO DA BAHIA e outros (2) Advogado (s): ACORDÃO EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR INATIVO. EXTENSÃO DA GAP NA REFERÊNCIA V. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL, POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REJEIÇÃO. PREJUDICIAIS DE MÉRITO: DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GENÉRICO. DIREITO À PARIDADE. DESNECESSIDADE DE SUBMISSÃO ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 41/2003 E Nº 47/2005. INTELIGÊNCIA DO ART. 121, DA LEI Nº 7.990/2001. EXTENSÃO DEVIDA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. SEGURANÇA CONCEDIDA. I – Não subsiste a preliminar de falta de interesse de agir, por inadequação da via eleita, pois a impetração não se volta contra lei em tese, mas, sim, contra omissão administrativa, considerada ilegal, consistente na falta de percepção de verba remuneratória a que o impetrante entende fazer jus. II – A situação retratada nos autos refere-se a prestação de trato sucessivo, de sorte que não há falar em decadência ou em prescrição do fundo de direito. O lapso prescricional incide, apenas, sobre as parcelas vencidas no quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos dos arts. 1º e 3º, do Decreto nº 29.910/32, e da Súmula nº 85, do STJ. III – Mérito. Tratando-se a GAP de vantagem de caráter geral, concedida de forma genérica e abstrata a todos servidores da ativa, sem qualquer distinção da função exercida ou do local de trabalho, cumpre prestigiar o entendimento das Cortes Superiores que estende as gratificações desta natureza aos inativos, em estrita obediência ao § 8º, do art. 40, da Constituição Federal. IV – O entendimento majoritário desta Seção Cível de Direito Público, ao qual me filio, é no sentido de que torna-se despicienda a apresentação, pelo impetrante, do rol de documentos com base nos quais se possa aferir o preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 40 e parágrafos, da Carta Magna, porquanto devem, ao revés, serem analisadas as condições relativas à transferência dos militares para a inatividade, à luz da lei específica a reger a categoria sob tal prisma, in casu, o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001). V – Com efeito, a própria Lei nº 7.990/2001, em seu art. 121, assegura a paridade entre os militares da ativa e inativa. Segurança concedida. A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos de mandado de segurança nº 8001251-09.2017.8.05.0000, de Salvador, em que figuram, como impetrante, José da Silva Rivas Alonso, e, como impetrados, o Secretário da Administração do Estado da Bahia e o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia. A C O R D A M os Desembargadores integrantes da Seção Cível de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em rejeitar a prefacial de falta de interesse processual, por inadequação da via eleita, afastar as alegações de decadência e de prescrição do fundo do direito e, no mérito, conceder a segurança, na esteira do voto da Relatora. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO DECISÃO PROCLAMADA Concedido Por Maioria Salvador, 14 de Março de 2019. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de Direito Público Processo: MANDADO DE SEGURANÇA (CÍVEL) n. 8001251-09.2017.8.05.0000 Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público IMPETRANTE: JOSE DA SILVA RIVAS ALONSO Advogado (s): ONILDE

CAVALCANTE DE ANDRADE CARVALHO IMPETRADO: ESTADO DA BAHIA e outros (2)  
Advogado (s): RELATÓRIO Cuidam os autos de mandado de  
segurança impetrado por José da Silva Rivas Alonso em face de omissão  
atribuída ao Secretário da Administração do Estado da Bahia e ao  
Comandante Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia, consistente no não  
pagamento da Gratificação de Atividade Policial Militar V (GAP V) a que  
entende fazer jus. Aduz o impetrante, em síntese, que a Lei Estadual nº  
12.566/2012, instituidora da GAP nas referências IV e V, ao excluir do seu  
âmbito de incidência os inativos, estabeleceu inadmissível diferenciação  
de tratamento entre os policiais militares da ativa e da reserva  
remunerada, sobretudo quando se observa que, de acordo com a legislação de  
regência, “a GAP é destinada a todos os servidores policiais militares,  
não sendo à toa que todos os integrantes da Polícia Militar do Estado da  
Bahia, independente de posto ou graduação, de serem da ativa ou da  
inatividade, percebem tal gratificação”. Desenvolvendo seus argumentos  
nesse sentido, pugna pelo deferimento de liminar, a ser confirmada, em  
definitivo, com a concessão da segurança vindicada. Distribuído o feito,  
na forma regimental, para esta Seção Cível de Direito Público, coube-me,  
por sorteio, o encargo de Relatora. Através da decisão ID nº 592433,  
deferí o pleito liminar, para determinar aos impetrados que implantassem  
nos proventos do impetrante os valores referentes à GAP, no nível V, na  
medida em que instituídos em favor do pessoal da ativa. Intervindo no  
feito, o Estado da Bahia apresentou a manifestação ID nº 1094172,  
arguindo, preliminarmente, a falta de interesse processual, por  
inadequação da via eleita, uma vez que, no seu entender, a pretensão  
mandamental volta-se contra lei em tese. Em prejudicial de mérito, alega  
a decadência da impetração, pois “se insurge o impetrante contra o artigo  
8º da Lei 12.566/12, editada em 08 de março de 2012 de modo que resta  
evidente que foi ultrapassado, e muito, o prazo decadencial de 120 (cento  
e vinte) dias para ajuizamento do mandado de segurança”. Sustenta,  
ainda, o ente público a ocorrência da prescrição do fundo de direito, ao  
argumento de que “o início da contagem do prazo de prescrição no presente  
caso é a data de aposentação da parte impetrante, sendo esta 09/12/2003, a  
data em que se iniciou o curso do prazo de cinco anos para a parte autora  
exercer sua pretensão de modificar os critérios fixados para cálculo de  
seus proventos pela Administração”. No mérito, defende que a Lei  
Estadual nº 12.566/2012, que, pela primeira vez, passou a regulamentar o  
pagamento da GAP em suas referências IV e V, estabeleceu como requisito  
para a percepção de tais vantagens o efetivo exercício da atividade  
policial militar, pelo que se mostra inteiramente descabida a pretensão do  
impetrante de ser incluído nos processos revisionais para majoração da  
gratificação em questão, por se tratar de servidor aposentado. Disserta  
acerca da irretroatividade das leis e invoca a Súmula nº 359, do STF,  
segundo a qual, “ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da  
inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o policial  
militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários”,  
ressaltando que o ato de aposentação constitui ato jurídico perfeito, de  
modo que “a edição de lei estadual posterior trazendo vantagem  
remuneratória para servidores em atividade e, de acordo com o exercício de  
suas atribuições, não tem o condão de alcançar, revisar ou desconstituir o  
ato de aposentação que lhe é anterior”. Sustenta que a  
constitucionalidade da Lei nº 12.566/2012 já foi declarada pelo Tribunal  
Pleno desta Corte, que, na oportunidade, firmou a compreensão de que a  
hipótese versada na referida norma trata de aumento de natureza

específica, propter laborem, razão pela qual não se pode falar em direito à extensão da vantagem aos inativos, que somente fariam jus à percepção de prestações de caráter geral. Ressalta, por fim, que a matéria em tela está submetida à reserva legal, não cabendo ao Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores (Súmula Vinculante nº 37, do STF), sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes e, ainda, às normas orçamentárias e aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Requer, por fim, a denegação da segurança. Os impetrados prestaram informações, ID nº 1171991 e ID nº 1194159, defendendo a legalidade da atuação administrativa no caso concreto. Instada a se pronunciar nos autos, a douta Procuradoria de Justiça declinou do seu mister, ex vi do pronunciamento ID nº 1763285. Examinei os autos, elaborei o presente relatório e pedi a inclusão do feito em pauta, para julgamento. É o relatório. Salvador, 09 de novembro de 2018.

Desembargadora Marcia Borges Faria Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de Direito Público

Processo: MANDADO DE SEGURANÇA (CÍVEL) n. 8001251-09.2017.8.05.0000

Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público IMPETRANTE: JOSE DA SILVA RIVAS ALONSO Advogado (s): ONILDE CAVALCANTE DE ANDRADE CARVALHO

IMPETRADO: ESTADO DA BAHIA e outros (2) Advogado (s): VOTO

A preliminar de falta de interesse processual, por inadequação da via eleita, suscitada pelo Estado da Bahia, em sua intervenção, não merece prosperar. Com efeito, a impetração não se volta contra lei em tese, mas, sim, contra omissão administrativa, considerada ilegal, consistente na falta de percepção de verba remuneratória a que o impetrante entende fazer jus, não incidindo, pois, à espécie, a dicção da Súmula nº 266, do STF. De igual modo, não subsistem as prejudiciais de mérito levantadas pelo ente estatal. A situação retratada nos autos refere-se a prestação de trato sucessivo, de sorte que não há falar em decadência ou em prescrição do fundo de direito. O lapso prescricional incide, apenas, sobre as parcelas vencidas no quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos dos arts. 1º e 3º, do Decreto nº 29.910/32, e da Súmula nº 85, do STJ. Nesse sentido, posicionou-se o STJ, como se infere do precedente a seguir transcrito: “PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. EXTENSÃO A PENSIONISTAS E INATIVOS. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRESCRIÇÃO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. – Hipótese em que o Tribunal de origem reconheceu o caráter geral de gratificação percebida por policiais militares e a estendeu ao agravado, na qualidade de inativo. – A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. – Conforme a orientação cristalizada na Súmula 85/STJ, ‘nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não houver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação’. – Agravo Regimental não provido”. (STJ, Segunda Turma, AgRg no AREsp 505589/PE, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe de 09.10.2014) Outro não é o entendimento adotado por este Tribunal acerca da matéria: “DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÕES CÍVEIS. IMPLEMENTAÇÃO DA GAPM IV E V. POLICIAIS INATIVOS. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO REJEITADA. NATUREZA GENÉRICA DA GRATIFICAÇÃO RECONHECIDA POR ESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. INCONSTITUCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO DA ASCENSÃO NAS REFERÊNCIAS DA GAP LIMITADA AOS POLICIAIS DA ATIVA DECLARADA PELO PLENO (AUTOS Nº 0000738-61.2009.8.05.0000). NECESSIDADE DE COMPENSAÇÃO COM OS VALORES JÁ

RECEBIDOS – VEDAÇÃO AO EFEITO CASCATA (ART. 37, XIV DA CF/88). HONORÁRIOS MAJORADOS, A TEOR DO ART. 85, § 11 DO CPC/2015. RECURSOS IMPROVIDOS. – Afasta-se a preliminar de prescrição do fundo de direito, pois o pretense direito liga-se à relação de trato sucessivo, é dirigido contra a Fazenda Estadual e inexistente negativa expressa da Administração; mas, tão somente, a omissão reiterada ao não se reconhecer e estender o direito abstratamente previsto ao caso concreto do servidor aposentado/pensionista. Aplicando-se à espécie apenas o quanto disposto na Súmula nº 85 do STJ, ao expressar que a prescrição limitar-se-á a atingir apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, quando não foi negado o próprio direito reclamado, nem a situação jurídica de que dele resulta ...”. (TJBA, Segunda Câmara Cível, Apelação Cível nº 0521941-09.2015.8.05.0001, Relatora Desembargadora Regina Helena Ramos Reis, julgado em 18.10.2016) Superadas tais questões, passa-se ao exame do mérito da impetração. Inicialmente, cumpre assentar o caráter reconhecidamente genérico da gratificação vindicada pelo impetrante, na esteira do quanto já reiteradamente decidido por esta egrégia Corte. Com efeito, dispõe o art. 6º, da Lei nº 7.145/97, que: “Fica instituída a Gratificação de Atividade Policial Militar, nas referências e valores constantes do Anexo II, que será concedida aos servidores policiais militares com o objetivo de compensar o exercício de suas atividades e os riscos delas decorrentes, levando-se em conta: I – o local e a natureza do exercício funcional; II – o grau de risco inerente às atribuições normais do posto ou graduação; III – o conceito e o nível de desempenho do policial militar”. Examinando a norma supra, pode-se observar que a percepção da GAP não decorre de condições anormais em que o serviço é prestado. Cede-se que o risco faz parte da atividade policial militar, bem como se entende que todos os policiais militares, pelo simples fato de o serem, fazem jus ao benefício. Conclui-se, assim, que se trata a referida gratificação de vantagem pecuniária a todos da ativa estendida, de forma que, uma vez concedida a GAP de forma genérica e abstrata a todos servidores em atividade, sem qualquer distinção da função exercida ou do local de trabalho, cumpre que seja, de igual forma, estendida também aos servidores da inatividade, entendimento inclusive já sedimentado no âmbito deste Tribunal: “MANDADO DE SEGURANÇA. ELEVAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL PARA AS REFERÊNCIAS IV E V. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO GOVERNADOR, INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E DE PRESCRIÇÃO. REJEITADAS. MÉRITO. EXCLUSÃO DOS INATIVOS. LEI ESTADUAL Nº 12.566/2012. VANTAGEM ESTENDIDA INDISCRIMINADAMENTE A TODOS OS POLICIAIS EM ATIVIDADE. CARÁTER GENÉRICO DA GAP COMPROVADO POR MEIO DE CERTIDÃO EMITIDA PELA PRÓPRIA POLÍCIA MILITAR. EXTENSÃO AOS INATIVOS. PRECEDENTES DO STJ. DIREITO LÍQUIDO E CERTO EVIDENCIADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL. PREJUDICADO. – O ato impugnado é a omissão consistente na não extensão aos policiais inativos da GAP IV e V, quando da edição da Lei nº 12.566/2012. Daí porque acertada a legitimidade do Governador da Bahia, como editor do ato, para figurar no polo passivo do writ. – A inadequação da via eleita, por se tratar de impetração contra lei em tese, é arrazoado que não vinga, porquanto está demonstrada que a suposta omissão da lei estadual nº 12.566/2012 quanto aos inativos é ato capaz de gerar efeitos concretos. – Não é de se falar em prescrição da pretensão, por haver decorrido mais de cinco anos entre o ato de aposentação dos impetrantes e a edição da lei nº 12.566/2012. A omissão impugnada surgiu com a promulgação da referida normatização, que se deu em 08/03/2012. Ademais, a matéria não diz respeito à revisão de critérios de

cálculo da aposentadoria, como faz crer o Estado da Bahia, mas à suposta violação à regra da paridade constitucionalmente garantida. – É verdade que as gratificações conferidas aos servidores ativos não são estendidas indistintamente aos da inatividade. Uma vez, porém, que se conclui pela natureza genérica da GAP, a sua extensão é inafastável. É o caso dos autos, diante do teor da certidão emitida pelo Diretor do Departamento de Pessoal da Polícia Militar, informando que a todos os policiais da ativa foi concedida a GAP IV. Precedentes do STJ. – Por tais razões, é forçoso retomar o entendimento que outrora a Corte já apresentara quando dos exames da GAP nas referências iniciais e acordar, de uma vez por todas, que a citada gratificação de atividade policial possui caráter genérico, ao contrário do que a Administração intenta transparecer a partir da legislação regulamentadora da matéria, devendo, pois, ser estendida aos policiais inativos. – Uma vez que as matérias arguidas no agravo regimental pelo impetrante são as mesmas tratadas no mérito da ação mandamental, pronta esta para julgamento, resta prejudicado o recurso. – “Segurança concedida”. (TJBA, Tribunal Pleno, Mandado de Segurança nº 0023376-49.2013.8.05.0000, Relatora Desembargadora Rosita Falcão de Almeida Maia, julgado em 09.07.2014) Assentada tal premissa, tem-se que o mérito da questão posta a acerto há muito figura no rol de matérias comumente debatidas no âmbito deste Órgão Julgador, onde prevalece o entendimento segundo o qual fazem jus à integralidade e/ou paridade de vencimentos com os servidores públicos em atividade os servidores inativos que eventualmente preencham os requisitos constitucionalmente implementados pelas Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/2003 e nº 47/2005, que lograram, sucessivamente, disciplinar os regramentos atinentes ao direito a paridade e integralidade remuneratória entre tais agentes. Com efeito, no âmbito das discussões levadas a efeito acerca da matéria em comento, exsurgiu o entendimento segundo o qual o próprio texto constitucional estabeleceria ressalva expressa quanto à aplicação de tais regramentos em relação aos militares, permanecendo sua incontestada aplicação apenas em relação aos servidores públicos civis. De acordo com essa linha de entendimento, teriam os milicianos, em verdade, as condições inerentes ao deferimento da integralidade e paridade remuneratória entre ativos e inativos disciplinadas por lei específica, consoante determinado pela própria Constituição Federal. De fato, anteriormente às alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/03 e nº 47/05, estava assegurado pelo texto constitucional o direito à paridade e integralidade remuneratória entre servidores ativos e inativos, sejam estes civis e militares. Outrossim, após as modificações implementadas pelas referidas Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/03 e nº 47/05, o texto da Carta Magna, no que toca especificamente à matéria em comento, restou enfim redigido da seguinte forma: “Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. § 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores”. Por sua vez, da leitura do inciso X, do § 3º, do art. 142, a que remete o § 1º, do art. 42, transcrito retro, tem-se que: “Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são

instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. ... § 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: ... X – a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra”. Nesse sentido, a Carta Magna não deixa dúvidas de que, não obstante estejam os servidores públicos (civis) sujeitos aos regramentos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais já referidas, o texto constitucional expressamente logrou excepcionar os militares de tais regras, conferindo-lhes tratamento especial, a ser disciplinado por lei específica do respectivo ente estatal a que se encontrem subordinados. Isso posto, uma vez assimilado tal entendimento, torna-se despicienda a apresentação, pelo impetrante, do rol de documentos com base nos quais se possa aferir o preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 40 e parágrafos, da Constituição Federal, porquanto devem, ao revés, serem analisadas as condições relativas à transferência dos militares para a inatividade, à luz da lei específica a reger a categoria sob tal prisma, in casu, o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001). Nesse aspecto, o art. 121, do aludido Estatuto, consigna que: “Os proventos da inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos policiais militares em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos policiais militares em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei”. Dessa forma, iniludível que fazem jus os policiais militares inativos à paridade remuneratória em relação aos milicianos da ativa, nos exatos termos do dispositivo legal suso transcrito. Outrossim, de forma a se evitar tautologia e prestigiar o esforço de uniformização jurisprudencial empreendido pela legislação processual, notadamente pelo novo CPC, adoto, como própria, a fundamentação esposada no bem lançado voto-vista da lavra do Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, no julgamento do mandado de segurança nº 0021998-53.2016.8.05.0000, de relatoria da Desembargadora Lígia Maria Ramos Cunha Lima, nesta Seção Cível de Direito Público, in verbis: “Trata-se de recurso de mandado de segurança impetrado por Pedro Miranda dos Santos em face de ato imputado ao Governador e ao Secretário da Administração, ambos do estado da Bahia. Levado o feito a julgamento na sessão do dia 27 de junho de 2017, instaurou-se, no colegiado, debate acerca das regras previdenciárias aplicáveis aos militares, razão pela qual pedi vista dos autos para melhor fundamentar o meu posicionamento. Adoto o relatório do voto condutor, pois descreve satisfatoriamente os atos processuais até então praticados. Em breve síntese, objetiva o demandante, miliciano aposentado, a implementação nos seus proventos da Gratificação de Atividade Policial – GAP V, sob o fundamento de que possui o direito à paridade remuneratória com os servidores da ativa, bem como que a benesse ostenta caráter genérico. A constituição Federal, em sua redação original, de fato, previa, em seu art. 40, § 8º que os aposentados

fariam jus à revisão dos seus proventos na mesma proporção dos servidores ativos. Observe, nesse sentido, a redação literal da norma: Art. 40 ... § 8º. Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. Com a edição da EC 41/2003, no entanto, tal direito foi suprimido, pelo Poder Constituinte Derivado, daqueles que ainda não haviam ingressado na inatividade, confira: § 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) Oportuna, sobre o tema, as lições de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino: Além de extinguir a aposentadoria com proventos integrais, a EC 41/2003, seguindo a mesma lógica, suprimiu regra anterior que assegurava paridade entre os proventos de aposentadoria e pensão e a remuneração do cargo recebida pelos servidores ativos (antes da reforma de 2003, era garantida a revisão dos proventos, pelos mesmos índices e na mesma data, sempre que se modificasse a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade). A regra atual, vazada no § 8º do art. 40 do Texto Magno, tão somente prevê o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. [PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. São Paulo: Método, 2014, pág. 428] Não obstante, a EC 47/2005 promoveu um complemento à reforma previdenciária inaugurada pela EC 41/2003, estabelecendo regras adicionais de transição, observe: Art. 2º Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o disposto no art. 7º da mesma Emenda. Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições: I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo. Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo. Como se verifica, o art. 2º da EC 47/2005 garantiu a integralidade e a paridade aos servidores que ingressaram no serviço público até a publicação da EC

41/2003, desde que observados, cumulativamente os seguintes requisitos: i) sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher; ii) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher, iii) vinte anos de efetivo exercício no serviço público e iv) dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria. O art. 3º, parágrafo único, por sua vez, estendeu aos servidores públicos que ingressaram no serviço até a publicação da EC 20/1998 o direito à paridade e à integralidade desde que preenchidas, cumulativamente, as seguintes condições: i) trinta e cinco anos de contribuição se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher, ii) vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria e, por fim, iii) idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal, de um ano de idade para cada anos de contribuição que exceder os limites acima descritos. No caso concreto, o impetrante não colaciona qualquer prova acerca da data em que ingressou na inatividade. Entendo, no entanto, que tal dado é irrelevante para o deslinde da controvérsia.

Justifico. Estudando mais a fundo a matéria, constata-se que a Constituição Federal reservou aos militares regime previdenciário distinto dos servidores civis. Efetivamente, as sucessivas reformas constitucionais deixaram expresso que os milicianos possuem disciplina legislativa previdenciária reservada aos Estados, observe: EC 20/98, Art. 1º. A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações: ...

Art. 42 ... § 1º – Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. § 2º – Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º EC 41/03, Art. 1º. A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações: ... Art. 42 ... § 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal. O

mencionado art. 142, da Carta Magna, por sua vez, prescreve: CF/88, Art. 142 ... § 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: ... X – a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. Sobre o tema, aliás, já se debruçou o Supremo Tribunal Federal – STF, conforme precedente abaixo colacionado: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL PARA POLICIAIS FEMININAS CIVIS E MILITARES. ART. 40, § 1º E § 4º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. 1. Inexistência de omissão inconstitucional relativa à aposentadoria especial das servidoras da Polícia Militar. A Lei Complementar n. 144/2014, norma geral editada pela União nos termos do art. 24, § 4º, da Constituição da República, é aplicável às servidoras da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Precedentes. 2. O art. 42, § 1º, da Constituição da República preceitua: a) o regime previdenciário próprio



dos militares, a ser instituído por lei específica estadual; b) não contempla a aplicação de normas relativas aos servidores públicos civis para os militares, ressalvada a norma do art. 40, § 9º, pela qual se reconhece que “o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade”. Inaplicabilidade do art. 40, §§ 1º e § 4º, da Constituição da República, para os policiais militares. Precedentes. 3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão julgada improcedente. (STF, ADO 28, Relator (a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 16/04/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-151 DIVULG 31-07-2015 PUBLIC 03-08-2015) Oportuna, para fins de melhor compreensão do tema, a transcrição de trecho do voto da Relatora: ... 15. Com o advento das Emendas Constitucionais ns. 18/1998 e 20/1998, no art. 42, § 1º, da Constituição da República passou-se a prever: 'Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. § 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores' (grifos nossos). 16. Ao comentar essas normas, José Afonso da Silva esclarece: 'A Emenda Constitucional 18/1998 modificou a Seção III DO Capítulo VII do Título III da Constituição, que compreende apenas o art. 42. Determinou que a rubrica da Seção, que era 'Dos Servidores Públicos Militares', passasse a ser 'Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios'. (...) A intenção confessada foi a de tirar dos militares o conceito de 'servidores públicos' que a Constituição lhes dava, visando com isso a fugir ao vínculo com os servidores civis, que esta lhes impunha. Sua organização e seu regime jurídico [dos militares], desde a forma de investidura até as formas de inatividade, diferem fundamentalmente do regime dos servidores civis. (...) Este artigo relaciona-se com o art. 144, V, §§ 5º e 6º, que têm a Polícia Militar e os Corpos de Bombeiros Militar como forças públicas destinadas à execução dos serviços de segurança pública' (SILVA, José Afonso. Comentário Contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 377-378). Em estudo doutrinário sobre o regime próprio de previdência para os militares estaduais, Álvaro Lazzarini também pondera: 'a Polícia Militar do Estado de São Paulo, a exemplo da dos demais entes do Estado brasileiro, é uma instituição de natureza perene, que tem a competência constitucional de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, exercendo, pois, atividade jurídica do Estado, e seus membros integram carreira típica do Estado, denominados militares do Estado, como previsto no art. 42 da Constituição Federal. Aplica-se-lhes o disposto no art. 142, § 3º, inc. X, por força do mandamento do art. 42, § 1º, ambos da Constituição da República, na sua atual redação. Bem por isso não há como negar a necessidade jurídica de um 'Regime Previdenciário Próprio dos Militares Estaduais' para o Estado de São Paulo, regime este que deve ser normatizado em lei estadual específica, diversa de lei que regular o regime próprio dos servidores públicos, inclusive, criando-se uma Unidade Gestora própria para o regime previdenciário próprio dos seus militares estaduais, pois assim determina a Constituição Federal' (LAZZARINI, Álvaro. Regime próprio de previdência para os militares estaduais. Boletim de direito administrativo, São Paulo, v. 22, n. 5, p. 531-536, maio 2006.

p. 536). 17. A interpretação do § 1º do art. 42 da Constituição da República impõe-se no sentido da inaplicabilidade da regra de aposentadoria especial prevista do art. 40, § 4º, da Constituição da República em favor de policial militar estadual, como assentado na pacífica jurisprudência deste Supremo Tribunal: 'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. MILITAR. APOSENTADORIA ESPECIAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 40, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECEDENTES" ( ARE 824.832-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 9.10.2014). É pacífica a jurisprudência da Corte de que cabe a lei estadual, nos termos do art. 42, § 1º, regulamentar as disposições do art. 142, § 3º, inciso X, da Constituição Federal. 3. Inaplicável ao caso o entendimento firmado no MI n. 721/DF, Relator o Ministro Marco Aurélio, uma vez que a Corte de origem consignou a existência de norma estadual específica regulamentando a aposentadoria dos policiais militares do Estado de São Paulo (Decreto-Lei n. 260/70)' ( RE 785.239-AgR, Relator o Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 23.6.2014) ... Adotando-se a mesma linha de inteligência, tem-se outro precedente da Corte Suprema, sob a Relatoria do Ministro Edson Fachin: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 8º, 9º E 10 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 125/2012, DE MINAS GERAIS. LEGITIMIDADE ATIVA DAS ENTIDADES DE CLASSE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 42, §§ 1º E 2º, E 142, § 3º, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXIGÊNCIA DE LEI ESTADUAL ESPECÍFICA. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA O ESTABELECIMENTO DE NORMAS GERAIS. ARTIGO 22, XXI E XXIII. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal estabelece os seguintes requisitos a serem atendidos pelas entidades de classe no ajuizamento de ação de controle concentrado: a) abrangência nacional; b) delimitação subjetiva da associação; c) pertinência temática; e d) compatibilidade entre a abrangência da representação da associação e o ato questionado. Requisitos atendidos pelas associações postulantes. Legitimidade ativa reconhecida. 2. A Lei Complementar Estadual 125/2012, do Estado de Minas Gerais, por tratar exclusivamente sobre o regime jurídico dos militares daquele Estado e sobre regras de previdência do regime próprio dos militares e praças, tem a especificidade exigida pela Constituição Federal, atendendo ao comando dos arts. 42, §§ 1º e 2º e 142, § 3º, X, da Constituição Federal. 3. O Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência dominante no sentido de reconhecer que cabe à lei estadual, nos termos do art. 42, § 1º, da Constituição Federal, regulamentar as disposições do art. 142, § 3º, inciso X, dentre as quais as relativas ao regime de aposentadoria dos militares estaduais. A atribuição da competência legislativa federal para edição de normas gerais das polícias militares e corpos de bombeiros militares, necessárias para regular a competência, estrutura, organização, efetivos, instrução, armamento, justiça e disciplina que lhes importem um controle geral, de âmbito nacional, não exclui a competência legislativa dos Estados para tratar das especificidades atinentes aos temas previstos pela própria Constituição como objeto de disciplina em lei específica de cada ente estatal em relação aos militares que lhes preste serviço. 4. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida e, no mérito, julgada improcedente. ( ADI 4912, Relator (a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 11/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-106 DIVULG 23-05-2016 PUBLIC 24-05-2016) Confira-se trecho do voto condutor: Os artigos 42, §§ 1º e 2º, e 142, § 3º, X, da Constituição Federal exigem, de fato, lei específica para dispor sobre 'o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para

a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra'. Segundo a Constituição, a lei deve ser editada por cada Estado para regular os direitos dos militares em atuação no seu território (art. 42, § 1º, CRFB). De igual modo, aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal (art. 42, § 2º, CRFB). Nesse contexto, as regras de transição previstas nas ECs n. 47/2005 e 41/2003 destinam-se unicamente aos servidores públicos civis, incluídos os policiais civis dos estados, não se aplicando, porém, à inatividade e à pensão de militares, que demandariam regras de transição específicas, regidas pela legislação estadual, em razão de expressa disposição constitucional. Volvendo-se à normatização regional, tem-se que a Constituição Estadual possui disciplina similar à Carta Federal, no sentido de que lei local deverá dispor sobre o regime de inatividade dos Policiais Militares, in verbis: Constituição do Estado da Bahia, Art. 48 – Os direitos, deveres, garantias, subsídios e vantagens dos servidores militares, bem como as normas sobre admissão, acesso na carreira, estabilidade, jornada de trabalho, remuneração de trabalho noturno e extraordinário, readmissão, limites de idade e condições de transferência para a inatividade serão estabelecidos em estatuto próprio, de iniciativa do Governador do Estado, observada a legislação federal específica. O Estatuto da corporação baiana, por sua vez, continua a replicar o regramento da Constituição Federal anterior à EC 41/03, ou seja, garante aos policiais militares a paridade remuneratória com os servidores em atividade. Lei 7.990/2001 – Art. 121 – Os proventos da inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos policiais militares em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos policiais militares em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei. Em outras palavras, os integrantes da PMBA ainda gozam de tal direito, a despeito da supressão realizada pelo poder constituinte derivado em relação aos servidores civis. Até que haja nova reforma constitucional ou legislativa, portanto, os milicianos não estão sujeitos às regras de transição da Constituição Federal. Quanto aos demais, pontos elencados no writ sob apreciação, evita-se a repetição dos argumentos por haver plena concordância com os fundamentos expostos pela Eminentíssima Desembargadora Lígia Maria Ramos Cunha Lima. Vale pontuar, contudo, de maneira sintética, que a compreensão desta Corte de Justiça é majoritária no sentido de que GAP é uma gratificação genérica, pois, a despeito da Lei Estadual estabelecer critérios para a sua percepção, ela vem sendo paga indistintamente a todos os Policiais Militares. Neste aspecto, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que as vantagens de natureza genérica, concedidas ao pessoal da ativa, são extensíveis aos aposentados com direito a paridade, em nome do princípio da isonomia, consoante precedente abaixo colacionado: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. EXTENSÃO AOS APOSENTADOS. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NATUREZA DA VANTAGEM. CONTROVÉRSIA DECIDIDA À LUZ DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. 1. A jurisprudência do STF é firme no sentido de que as vantagens de natureza genérica, concedidas ao pessoal da ativa, são extensíveis aos aposentados, em nome do princípio da isonomia, nos termos

do § 8º do art. 40 (na redação anterior à EC 41/2003) da Magna Carta. 2. A discussão acerca da natureza jurídica de parcelas remuneratórias devidas a servidores públicos é de índole eminentemente infraconstitucional. Pelo que é de incidir a Súmula 280/STF. 3. Agravo regimental desprovido. ( RE 576441 AgR, Relator (a): Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, julgado em 17/05/2011, DJe-164 DIVULG 25-08-2011 PUBLIC 26-08-2011 EMENT VOL-02574-02 PP-00407) O demandante faz jus, pois, à percepção da GAP V nas mesmas condições a que se submetem os militares em atividade. Conclusão Ante o exposto, acompanho na integralidade o voto condutor no sentido de rejeitar as preliminares e conceder parcialmente a segurança". Isso posto, à luz das considerações acima expendidas, conclui-se pela inaplicabilidade aos militares, das regras de transição trazidas pelas Emendas Constitucionais acima referidas, cuja incidência cinge-se aos servidores públicos civis, em virtude da expressa disposição constitucional que excepciona os milicianos, reservando-lhes tratamento específico a ser dispensado pela respectiva lei estadual. Impende registrar, também, que na hipótese dos autos, se trata de apreciação judicial de ato ilegal da Administração, que não observou direito do autor cabendo ao Poder Judiciário apreciar as questões que lhe são apresentadas, bem como proceder ao controle externo dos atos praticados pela Administração Pública, não implicando na concessão de aumento ao impetrante, sem previsão normativa própria, tampouco na violação ao postulado da separação dos Poderes, mas tão somente de assegurar a aplicação das normas legais que regem a matéria. Ante o exposto, o voto é no sentido de, rejeitada a prefacial de falta de interesse processual, por inadequação da via eleita, e afastadas as alegações de decadência e de prescrição do fundo do direito, no mérito, CONCEDER A SEGURANÇA vindicada, reconhecendo o direito do impetrante à percepção da GAP em sua referência V, observadas as mesmas condições em que concedida aos militares da ativa, isentando-lhe da submissão às regras de transição estabelecidas pelas Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/2003 e nº 47/2005. Sala das Sessões, PRESIDENTE RELATORA PROCURADOR DE JUSTIÇA